

[Pesquisar](#)

Seminário internacional promovido pelo STF discute direitos humanos e novas tecnologias

Ministros da Casa e especialistas internacionais trocaram experiências de avanços e desafios relacionados ao tema

28/05/2025 15:55 - Atualizado há 7 meses atrás



Foto: Gustavo Moreno/STF

O Supremo Tribunal Federal (STF) sediou na manhã desta quarta-feira (28) o seminário internacional “Direitos humanos e novas tecnologias: experiências de fronteira”. O evento foi aberto pelo vice-presidente da Corte, ministro Edson Fachin, e reuniu autoridades e especialistas nacionais e internacionais, além de público geral interessado no assunto.

Ao abordar os desafios internacionais na relação entre direitos humanos e novas tecnologias, o ministro Fachin destacou a necessidade de princípios como transparência, não discriminação e supervisão pública para guiar a evolução

tecnológica. “As mesmas ferramentas que podem ampliar o acesso à informação são também utilizadas para disseminar a desinformação”, frisou.

Segundo ele, defender os direitos humanos significa proteger a individualidade, a privacidade e a integridade no sistema informativo. “Esse evento, num olhar mais atento, é mais propriamente um celeiro de subsídios para futuras ações concretas, diretrizes para governos, recomendações para empresas e insights de como a tecnologia deve ser utilizada para manutenção do direito”, afirmou.

Leia a [íntegra do pronunciamento do ministro Edson Fachin](#).

Para o representante do Alto Comissariado das Nações Unidas (ONU) para os Direitos Humanos na América do Sul, Jan Jarab, o maior desafio é a falta de transparência de como as empresas de tecnologias atuam. “Tornar os espaços digitais mais seguros sem comprometer os direitos fundamentais é um desafio que temos hoje”, ressaltou.

A titular da Secretaria de Altos Estudos, Pesquisas e Gestão da Informação do STF, Patrícia Perrone Campos Mello, falou sobre algumas decisões do Supremo que conciliam as tecnologias com a preservação dos direitos humanos. Como exemplos, citou casos de proteção de dados pessoais, liberdade de expressão e integridade da informação e de proteção da liberdade de expressão e incitação ao ódio.

Painéis

O primeiro painel do seminário abordou o tema “Direitos Humanos e Novas Tecnologias: Desafios Internacionais”. A moderadora foi a secretária-geral do STF, Aline Osorio.

As explanações foram feitas pela professora Agustina del Campo, da Universidade de Palermo e diretora do Centro de Estudos sobre Liberdade de Expressão; pela diretora da Faculdade de Direito da Universidad de los Andes, Catalina Botero, ex-membro do Oversight Board da Meta e ex-relatora para a liberdade de expressão da OEA; e pelo decano do STF, ministro Gilmar Mendes.

Para Mendes, o Brasil é um “grande laboratório” no universo das novas tecnologias. Segundo ele, apesar da conquista alcançada com o artigo 19 do Marco Civil da Internet, atualmente o dispositivo dá sinais de proteção insuficiente, e a resposta definitiva deverá ser dada pela via da jurisdição constitucional, com a análise do RE 1037396 (Tema 987 da repercussão geral). “A opção de focar mais no processo e menos na substância do conteúdo parece ser um caminho”, ponderou.

O segundo painel teve como tema “Experiências Globais De Governança Digital: Dificuldades e Oportunidades”, moderado pela professora Laura Schertel, do Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP) e da Universidade de Brasília (UnB).

As apresentações foram feitas pelo oficial de Direitos Humanos da ONU Tim Engelhardt, cofundador da Humboldt Internet Law Clinic, e pelo advogado Apar Gupta, da Ashoka University (Índia) e cofundador da Internet Freedom Foundation.

Encerramento

O evento foi encerrado pelo presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Luís Roberto Barroso, para quem proteger os direitos humanos frente à ampliação dos poderes privados é um dos principais desafios mundiais.

Ao falar sobre dois grandes fenômenos que marcam o mundo contemporâneo – plataformas digitais e inteligência artificial –, o ministro disse que é preciso fazer com que essas ferramentas sirvam à causa da humanidade e não sejam destrutivas.

Barroso concluiu afirmando que, apesar das modernidades que já chegaram ou estão por vir, “os valores que inspiram a vida boa, a vida ética, continuam a ser os mesmos e são milenares: o bem, a justiça e a dignidade de todas as pessoas”.

(Jean Peverari//CF)

SEMINÁRIO INTERNACIONAL “DIREITOS HUMANOS E NOVAS TECNOLOGIAS: EXPERIÊNCIAS DE FRONTEIRA”

Bom dia a todas e todos.

Abro este encontro com alegria e satisfação, dando boas-vindas às pessoas que participam deste evento. A proposta é reunir mentes brilhantes e corações comprometidos com um dos debates mais urgentes do nosso tempo: a interseção entre os direitos humanos e as novas tecnologias, em especial a inteligência artificial.

Vivemos uma era de fronteiras fluidas, em que o avanço tecnológico não apenas redefine as relações sociais em todo mundo, como também tensiona os alicerces éticos e jurídicos que sustentam a paz e a convivência democrática. A inteligência artificial, em sua dupla face, apresenta-se, simultaneamente, como ferramenta de emancipação, e como vetor potencial de (novas) desigualdades, vigilância e violação de direitos fundamentais.

Estamos diante de um paradoxo contemporâneo: como regular tecnologias que evoluem em uma velocidade exponencial, a partir de um direito por si mesmo lento em seu ritmo reflexivo. A resposta, creio, não reside no imobilismo, mas na identificação de parâmetros sólidos para afiançar a construção de marcos normativos razoáveis e flexíveis, capazes de assegurar proteção ao direito de informação e liberdade de expressão sem sufocar a inovação.

A inteligência artificial, como sabemos, já influencia decisões judiciais, políticas públicas e relações de trabalho, reivindicando em todos os setores – e em todos os sentidos – um olhar atento, atualizado e bem-informado, a fim de evitar que o seu uso

desvirtuado ou o seu desenvolvimento irrefletido reforcem discriminações históricas ou deem ensejo a novas formas de automação da injustiça.

Os impactos da tecnologia se projetam além das fronteiras nacionais, mas suas consequências são vividas de uma forma singular em cada território. Enquanto países discutem temas afetos a direitos de concorrência, modelos de negócio, governança algorítmica e interferências estrangeiras, as nações em desenvolvimento lidam com desafios adicionais, que envolvem, entre outros fenômenos, a exclusão digital, a dependência tecnológica e o deserto informacional.

O diálogo transfronteiriço e multicultural, nesse sentido, é tão importante como o pão de cada dia. Bem nessa linha, o presente evento tem o sentido de criar um canal de cooperação internacional cômico de que as urgências ubíquas devem ser discutidas sem perder de vista realidades locais que demandam respostas específicas.

Como demarca a valiosa tradição dos direitos humanos, a técnica deve estar a serviço da dignidade, e não o contrário. E essa verdade se torna ainda mais premente quando observamos que as mesmas ferramentas que podem ampliar o acesso à informação também são usadas para disseminar a desinformação em escala industrial; e como as mesmas plataformas que conectam movimentos sociais e facilitam a organização de interesses coletivos podem ser instrumentadas para a vigilância e a manipulação em massa.

Defender os direitos humanos, no século digital, significa proteger não apenas as nossas intimidade e privacidade, condensadas em

dados comercializáveis, mas, em adição, em defender a autenticidade e a integridade do ecossistema informativo e, com isso, a própria solidez dos processos democráticos.

Estamos bastante interessados no enlace entre o importante setor privado e os direitos humanos, nomeadamente quanto à responsabilidade corporativa. Há padrões internacionais sobre o tema que devem ser observados.

Nesse contexto, a ética há de operar como uma bússola permanente. Não basta perguntar “o que a tecnologia pode fazer?”, sendo mais importante refletir sobre o que ela “deve fazer”. Princípios como transparência, não discriminação e supervisão pública devem guiar a progressão tecnológica. Empresas, governo e academia têm a obrigação de incluir vozes tradicionalmente marginalizada no debate, mormente porque a justiça algorítmica só será alcançada quando todos os rostos forem vistos – e todas as histórias consideradas.

Qualifico simbólico que discussões dessa natureza estejam sendo travadas na sede do Supremo Tribunal Federal. Sua jurisprudência tem sido um firme na proteção de direitos em tempos de incerteza tecnológica, mostrando que as cortes constitucionais, em todas as latitudes, são guardiãs indispensáveis nessa tormentosa travessia.

Da mesma forma, a participação do Alto Comissariado de Direitos Humanos da ONU reforça que instituições multilaterais devem internalizar a proteção digital como extensão dos direitos humanos, uma vez que, na era da hiperconectividade e da inteligência artificial, a vida social, política e econômica se desenrola no (e em função do) ambiente virtual.

Este evento, em um olhar atento, parece-me mais do que um simples fórum de ideias: é, mais propriamente, um celeiro de subsídios para futuras ações concretas. Sairão daqui, pelo engenho de todas e todos os participantes, diretrizes para governos, recomendações para empresas e insights para uma tecnologia (incluindo a IA) a favor da democracia.

A inteligência artificial não deve ser contemplada como uma força autônoma, e sim vista como um fenômeno forçosamente moldado por escolhas humanas, escolhas essas que, em minha compreensão, devem dar à luz uma engenharia social forjada sob os aspectos da dignidade, prosperidade, solidariedade e confiança.

A cada pesquisadora, pesquisador, estudantes e estudiosos aqui presentes, de forma física ou virtual, estendo o nosso reconhecimento pelo acréscimo de vozes e visões a um diálogo qualificado, plural e necessário.

Que tenhamos um dia de reflexões profundas e compromissos renovados, e que possamos nos despedir não somente com diagnósticos, mas com verdadeiras sementes de transformação, em busca de tecnologias mais humanas para um futuro em que a inovação ande de mãos dadas com as aspirações consignadas em nossas Constituições.

Muito obrigado e um excelente evento.